

JT
22/10/97 4A
62

Parques e florestas de papel

O resultado do recadastramento de 328 parques e reservas ambientais estaduais e federais pelo biólogo Felipe Ponce de León, publicado domingo pelo **Jornal da Tarde**, confirma que a política ambiental brasileira continua sem rumo. Não havia em governos anteriores, e continua não havendo neste, uma preocupação com a formulação de um princípio geral para nossa política de conservação do meio ambiente, que continua sendo improvisada com uma coleção dissonante e inócua de leis e decretos, sempre marcados pelo espírito preservacionista (que vedava qualquer uso do ambiente conservado), baixados a esmo, como reação do Executivo e do Legislativo às sucessivas ondas de indignação pública, nacional ou internacional, contra a depredação ambiental.

Ponce de León mostrou que a soma total das áreas decretadas, parques ou áreas de preservação representa apenas 2,46% do território nacional, um dos índices mais baixos de todo o mundo, enquanto o número oficialmente reconhecido pelas autoridades (e "vendido" às entidades internacionais que dão verbas para projetos ambientais) é de 5% do território nacional; que este erro, que ele pôde corrigir com alguns telefonemas e rápidas pesquisas que dezenas de ministérios, de ontem e de hoje, nunca se preocuparam em fazer, se deve ao fato do interesse dos políticos pela conservação ambiental cessar no minuto seguinte aos anúncios pomposos de novos "parques" e "áreas de preservação"; que o fechamento do acesso da população a essas áreas deixa-as à mercê dos depredadores.

A política ambiental brasileira, em resumo, tem sido inspirada mais pelo marketing eleitoral do que por qualquer princípio técnico que faça sentido ou econômico que lhe garanta um impulso multiplicador permanente.

O primeiro passo para definir uma política ambiental que faça sentido e possa ser implementada de fato requer que o governo fixe um princípio básico a partir do qual possa definir o seu papel e a sua ação nela. Dada a realidade do mundo de hoje, onde o impulso econômico determina a destruição dos habitats naturais da vida selvagem, esse princípio deve ser o de garantir a continuação da vida selvagem e o direito das gerações futuras de brasileiros de desfrutar, na maior medida possível, ambientes conservados e paisagens semelhantes às que moldaram a vida e a cultura de seus ancestrais.

A dificuldade está em criar os recursos necessários para isso e os meios para que essa tarefa possa ser dividida por toda a sociedade. Da forma como nossos governos e nossa legislação ambiental têm operado, a única alternativa para as diversas formas de uso econômico da terra permitidos por nossas leis — e todas levam à destruição do meio ambiente — é a sua desapropriação com recursos públicos para a criação de parques e reservas. De prático, essa política só criou a "indústria das desapropriações" que tem sido fartamente denunciada pela imprensa, e os "parques de papel" a que se refere o biólogo Ponce de León.

Em 1905, quando os Estados Unidos estavam completando a ocupação física de seu território, como o Brasil está hoje, o presidente Theodore

Roosevelt, preocupado em deter os piores efeitos ambientais dessa ocupação, já tinha elementos suficientes para chegar à conclusão de que num país civilizado e cultivado, de economia plena, a vida selvagem só pode continuar a existir se se conseguir criar um interesse econômico em sua conservação suficientemente poderoso para contrabalançar a força dos interesses econômicos interessados na destruição ou na modificação radical do meio ambiente.

Sua primeira providência para dar seqüência a esse raciocínio foi usar o poder de intervenção do Estado para reservar a maior quantidade possível de áreas selvagens, importantes para a criação e a multiplicação da fauna, vedando sua exploração industrial. Daí nasceu o sistema de parques e reservas que continua crescendo naquele país. A segunda providência foi incentivar o uso e a exploração sustentável dessas áreas por atividades naturalmente interessadas na conservação, como a caça e a pesca esportivas e o turismo ecológico. Para popularizar essas atividades, antes acessíveis apenas aos ricos, a ponto de transformá-las numa poderosa indústria, sustentando milhões de empregos e movimentando bilhões de dólares (US\$ 176 bilhões no ano passado, segundo o último censo publicado), as terras públicas daquele país têm de se enquadrar em um modelo — o Money Generating Model — que se tornou uma exigência legal que condiciona qualquer pleito pela criação de parques e reservas, capaz de prover a sua independência como unidade econômica. Isso garantiu que essas áreas se mantivessem em bom estado ao longo de todo este século, além de promover a educação ecológica da população pelo convívio de um número sempre maior de cidadãos com a natureza selvagem. O subproduto dessa política foi que uma fiscalização permanente e interessada do estado de conservação dessas áreas passou a ser feita por quem utiliza os parques e terras públicas rotineiramente.

No Brasil, contudo, predomina o equívoco da reserva fechada, abandonada ou entregue a um ou outro pesquisador. O governo sabe que isso não leva a nada, mas hesita em propor os usos para os quais essas terras estão naturalmente destinadas em função dos preconceitos que ainda cercam essas atividades no Brasil. E, assim, hesita entre a preservação impossível e o mau uso dessas terras, ora permitindo a exploração por madeireiras das florestas e parques nacionais que poderiam ter o mesmo destino dos norte-americanos, ora tentando aplacar a consciência, criando mais algum "parque de papel", isolado do território nacional e fechado ao uso da população, que, assim, jamais poderá se interessar por ele.

Com isso, a prática do convívio íntimo com a natureza selvagem entre nós foi se tornando cada vez mais um luxo de uns poucos proprietários românticos, que se recusam a extrair de suas terras o que a lei permite que extraiam. E mesmo este vai sendo condenado por legislações agrárias de cunho ideológico que praticamente impõem a devastação.

Ou o governo tem a coragem de reformular em profundidade nossa política ambiental, ou não haverá mais o que salvar, quando, um dia, se resolver a agir.